

Saúde

Entendendo-se a saúde como um direito humano fundamental, que deve valer de maneira equitativa para todos os cidadãos, a promoção da saúde é definida como um processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua saúde e qualidade de vida, propondo a construção de uma sociedade saudável, aquela em que todos os cidadãos têm igual acesso aos recursos que constituem a qualidade de vida: educação, habitação, meio ambiente adequado, emprego, renda, informação, lazer, cultura, saneamento, alimentação, segurança, participação social e serviços de saúde.

Na I Conferência Internacional de Promoção da Saúde (Carta de Ottawa), em 1986, foi consolidada a idéia de que para produzir saúde deve-se atuar sobre os determinantes sociais, e não apenas na cura das doenças, envolvendo políticas públicas integradas, intersetoriais e com ampla participação da comunidade.

As diversas conceituações disponíveis para a promoção da saúde podem ser reunidas em dois grandes grupos. No primeiro deles, a mesma consiste nas atividades dirigidas à transformação dos comportamentos dos indivíduos, focando nos seus estilos de vida e localizando-os no seio das famílias e, no máximo, no ambiente das culturas da comunidade em que se encontram. Neste caso, os programas ou atividades de promoção da saúde tendem a concentrar-se em componentes educativos, primariamente relacionados com riscos comportamentais passíveis de mudanças, que estariam pelo menos em parte, sob o controle dos próprios indivíduos. Já o segundo grupo de conceituações baseia-se no entendimento que a saúde é produto de um amplo espectro de fatores relacionados com a qualidade de vida, incluindo um padrão adequado de alimentação e nutrição; de habitação e saneamento; boas condições de trabalho; oportunidades de educação ao longo de toda a vida; ambiente físico limpo; apoio social para famílias e indivíduos; estilo de vida responsável; e um espectro adequado de cuidados de saúde (Buss, 2000).

A Promoção da Saúde tem sido incorporada no contexto mundial e brasileiro como um novo paradigma de base para a condução de práticas de saúde atrelado a construção de uma cultura de vida e saúde, de ambientes saudáveis e controle de riscos a saúde, de construção da cidadania e participação e da atenção as necessidades e demandas de saúde de indivíduos e populações. É uma das estratégias para buscar a melhoria da qualidade de vida da população. Seu objetivo é produzir a gestão compartilhada entre usuários, movimentos sociais, trabalhadores do setor sanitário e de outros setores, produzindo autonomia e co-responsabilidade.

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), aprovada em 30 de março de 2006, dá diretrizes e aponta estratégias de organização das suas ações nos três níveis de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) para garantir a integralidade do cuidado.

Conceitualmente, é marcada pelo reconhecimento das limitações da abordagem tradicional em lidar com o processo saúde-doença e pela mudança na compreensão dos determinantes de saúde. Assim, sua incorporação no ensino e prática impõe uma profunda reflexão sobre os novos rumos de ações no contexto da sociedade atual.

Promover saúde implica em proporcionar às pessoas as condições necessárias para melhorar e exercer controle sobre sua vida e saúde, envolvendo paz, educação, moradia, alimentação, renda, um ecossistema saudável, justiça social e equidade.

Continuação

Na prática profissional, a promoção da saúde pode ser definida como uma estratégia de ação coletiva, que responda às necessidades sociais e garantia dos direitos, reforçando potencialidades e a autonomia na busca da qualidade de vida. Atua desta forma, na redução dos fatores de risco e promoção dos fatores de saúde e na redução de desigualdades por meio de múltiplas ações individuais e coletivas.

A nova geração de profissionais de saúde a ser formada não deve ter seu foco de atuação apenas no atendimento individual, com visão clínica restrita à técnica, mas sim deve ser preparada para as necessidades das pessoas, das famílias e da comunidade e para a mudança do paradigma de atenção, com foco na promoção da saúde.

A sua ciência é complexa, exigindo de quem a pratica um aprofundamento de conhecimentos, conceitos e atitudes e uma reflexão profunda na maneira de conduzir a prática clínica e comunitária com universalidade, integralidade e equidade.

A incorporação da sua filosofia na prática clínica, tanto privada como pública, tem como principal desafio a adequação do profissional a uma nova lógica de atenção em saúde. O rearranjo de concepções e conceitos e do próprio espaço de trabalho, numa prática baseada em evidências de efetividade que oportunize a reconstrução contínua do conhecimento, são desafios a serem enfrentados.

Também a concepção de saúde que domina a prática clínica precisa ser revista, alargando suas dimensões para além da biológica, envolvendo os processos sociais e culturais em que o ser humano está inserido. Repensar a promoção da saúde, neste contexto, exige o incremento de atividades que potencializem os fatores protetivos (positivos) da saúde e a resolutividade clínica por meio de estratégias centradas na intervenção mínima e na perspectiva da clínica ampliada.

O profissional que adota este perfil é, na verdade, um gerenciador de conhecimentos, recursos e estratégias que visam à promoção da saúde, o controle das doenças, o tratamento adequado e a manutenção da saúde por longo tempo, objetivando a melhoria da qualidade de vida de seu paciente e da comunidade (Kriger et al., 2009).

Uma educação centrada na condição humana desenvolve competências para repensar o homem por meio da consciência antropológica, ecológica, cívica, espiritual e produtora de saúde, oportunizando o rompimento das barreiras estabelecidas pelos saberes compartimentados levando-nos a compreensão integral do homem. O novo paradigma representa uma nova maneira de interpretar as necessidades e ações de saúde, não mais numa perspectiva unicamente biológica, mecanicista, individual, específica, mas numa perspectiva contextual, histórica, coletiva, ampla. Assim, de uma postura voltada para controlar os fatores de risco e comportamentos individuais, volta-se para eleger metas para a ação política para a saúde, direcionada ao coletivo. (Pereira et al., 2000).

A Universidade deve, portanto, defender e difundir os valores humanistas na formação profissional para a consolidação da cidadania democrática.

Professor Titular Doutor Cresus Vinicius Depes de Gouvêa
Diretor da Faculdade de Odontologia da UFF